

A representação do “atraso-moderno” no pensamento social brasileiro*

La representación del retraso y lo moderno en el pensamiento social brasileño

Performance on modern and delay brazilian social thought

Sara Esther Dias Zarucki Tabac**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Resumen

Este artículo de reflexión analiza el retraso de los conceptos retraso y moderno en algunos de los grandes del pensamiento social brasileño. Cada uno toma como referencia moderna una imagen de un país supuestamente modelo y, de ella, lleva a cabo el retraso de diagnóstico de Brasil. Para ellos se realizó un análisis teórico de los autores y apunta a la tendencia colonialista que permanece en estos análisis. Mientras Tavares Bastos y Raymundo Faoro refieren la demora brasileña a la herencia ibérica arraigada en el Estado –y el remedio se someterían a una reforma política– Oliveira Vianna y Florestan Fernandes, en el Estado, tienen una estructura moderna implementada en una sociedad marcada por los efectos de la historia colonial. La conclusión es que la América Latina, por extensión, debe reconocer su propio camino y encontrar la modernidad, ni más ni menos atrasada que las demás naciones del mundo occidental.

Palabras clave: Sociología, Ciencias sociales, Pensamiento latinoamericano, Pensamiento brasileño.

Abstract

The analysis of the performance on delay and modern Brazilian social thought taking as a model an image of a country for carrying out the diagnosis. For this purpose a theoretical analysis of authors pointing out a colonialist tendency was conducted. is addressed in this paper. Each one takes Meanwhile Tavares Bastos and Raymundo Faoro attribute the Brazilian thought delay to the Iberian heredity established in the State –and the solution would be surrendered to a political reform in the state– Oliveira Vianna and Florestan Fernandes, have a modern structure implemented in a society established by the effects of the colonial history. As a conclusion, Latin America, must recognize and find its own way and modernity, not less backward than other nations of the western world.

Key words: Sociology, Social sciences, Latin American thoughts, Brazilian thoughts.

Cómo referenciar este artículo: Dias Zarucki, S. (2015). A representação do “atraso-moderno” no pensamento social brasileiro. *Pensamiento Americano*, 8(14), 123-135.

Recibido: Diciembre 30 de 2014 • Aceptado: Febrero 01 de 2015

* El artículo está vinculado a la investigación de maestría realizada en la da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro con apoyo de la Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES).

** Mestra do Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). sara.zarucki@gmail.com

Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar alguns discursos do chamado pensamento social latino-americano, colocando foco especial no caso do Brasil, identificando visões e interpretações nas quais as imagens do *atraso* e do moderno adquirem determinados significados relacionados à colonização e origem ibérica do país. Noutras palavras, este trabalho tem por meta investigar, em alguns autores que pensaram a construção dos países latino-americanos, e em particular do Brasil, a utilização e a valoração das noções de *atraso* e *moderno*, apontando para os casos em que tais usos indicam um viés “colonialista”. Por viés “colonialista” entende-se aqui uma imaginação teórica vinculada às representações dos países centrais ou pioneiros no processo de modernização, como a França, Inglaterra e Estados Unidos. Trata-se, portanto, de uma investigação que busca ver, através da Teoria Social, a forma pela qual a América Latina –e nela o Brasil– foi representada, construída e apreciada.

Os autores escolhidos para a pesquisa foram Oliveira Vianna, Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes. Esta seleção obedece ao critério da significação e repercussão de suas perspectivas teóricas. Tal importância pode ser oferecida pelo debate em torno das linhagens do pensamento social brasileiro –estendida à América Latina– compreendidas nos artigos de Brandão (s.f.) e Werneck (1999).

Ao abordar as teorias de Oliveira Vianna,

Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes, o trabalho pretende verificar quais são as imagens do moderno mobilizadas pelos autores, e a que países centrais elas são associadas. É a partir de tais perspectivas que os autores se autorizam a formular seus respectivos diagnósticos das causas do *atraso*. De acordo com Gildo Marçal Brandão e Luiz Werneck Vianna, os autores acima selecionados formam linhagens opostas, uma associando o *atraso* à colonização de origem ibérica e a outra não. Supõe-se aqui, que os autores que associam a colonização por países ibéricos –Portugal e Espanha– à causa do *atraso* brasileiro tomam por espelho uma imagem do moderno associada à prosperidade dos Estados Unidos da América. Por outro lado, a linhagem oposta toma a Inglaterra como modelo, afirmando a positividade da Ibéria para o processo de modernização.

Esse artigo parte da hipótese de que a representação da América Latina como lugar do *atraso* constitui um modelo hegemônico nas Teorias Sociais latino-americanas e que este viés discursivo é principalmente tributário da associação entre o moderno e o modelo norte-americano. A partir dessa premissa, restaria à Teoria Social latino-americana fazer a crítica dos elementos condicionantes do *atraso*, além de buscar normativamente fórmulas para a recondução de seus países na direção do modelo hegemônico, às vezes propondo espécies improváveis de “refundação” histórica e cultural. Desta forma, a imagem pressuposta do moderno condiciona a identificação das causas

do *atraso*: A Teoria Social latino-americana as remete majoritariamente, têm-se aqui por hipótese, à cultura personalista e a um Estado supostamente patrimonial, ambos marcas identificadas na herança ibérica.

O *Atraso* e o *Moderno* na interpretação do Brasil na virada do século XX: Tavares Bastos e Oliveira Vianna

Tavares Bastos: a história interna da metrópole aclara a fisionomia da colônia. Em *Os males do presente e as esperanças do futuro* escrito em 1862, Tavares Bastos, autor considerado clássico no pensamento social brasileiro, apresenta em sua análise do Brasil a tentativa de estudar quais seriam os “remédios” para os males que identifica. Segundo o autor, ao se estudar o meio social que vivemos, nota-se que há um mar de corrupção e uma “desordem nas ideias” (Bastos, 1939, p. 29).

O drama apontado pelo autor estaria, desde os primórdios da idade moderna ligado ao estabelecimento do absolutismo, que encontrou em Portugal no século XVI seu berço, gerando todo um sistema corrupto e decadente. Para ele, “Portugal brilhou um dia, no século XV e morreu para sempre” (Bastos, 1939, p. 30) e sobre determinou, com estas mazelas, a trajetória da colônia.

Para Tavares Bastos, a história interna da metrópole “aclara a fisionomia da colônia” (Bastos, 1939, p. 30) Dentre os males resultantes, a escravidão é o elemento mais caóti-

co do Império: “Mas, eu não recordei ainda o elemento mais triste que entrou na envenenada composição dessa sociedade, a escravatura” (Bastos, 1939, p. 31) que promoveria assim uma corrupção dos costumes.

O autor salienta que a tradição brasileira é herança de aspectos negativos herdadas da tradição ibérica. A partir destas influências lamentáveis, a sociedade brasileira não poderia ser constituída senão de maneira perniciosa:

Uma sociedade formada por indivíduos, não só de ínfima classe em grande parte condenados, como de ambiciosos, de dinheiro ganho sem o santificado suor do trabalho, uma sociedade tal considera a indolência felicidade, a rapacidade indústria, a moeda riqueza, a ignorância virtude (Bastos, 1939, p. 31).

O Brasil recebia “o ar vivificante da Europa através do Portugal empestado” (Bastos, 1939, p. 31) de modo que as instituições modernas tinham seu funcionamento mitigado pelo *atraso* que predominava em Portugal. Portugal conhece um desfalecimento silencioso que marcaria inevitavelmente o andamento do Brasil. O modelo do *moderno*, seria, em contraste, obtido no caso inglês transplantado aos Estados Unidos da América:

Os povos da Nova Inglaterra a sua nobre independência e rápida prosperidade. Com efeito, o presidente desse país... representa o

maior progresso da sociedade pela maior expansão da liberdade individual. O exemplo dos Estados Unidos caracteriza bem nosso pensamento. Sim, não conhecíamos o espírito público, nem a liberdade do indivíduo, ao começar esse século (Bastos, 1939, p. 32).

Em Tavares Bastos, portanto, o *atraso* brasileiro deve-se indubitavelmente ao fato de Portugal ter sido nossa metrópole, segundo ele, um país “aniquilado e revoltado”. E mesmo depois da independência permanece todo esse peso e *atraso* de Portugal: “Os maus costumes da colônia tornaram a seguir o seu curso, devastando o foro, o comércio, a política e até o templo” (Bastos, 1939, p. 32).

A imagem do *moderno* explícita em Tavares Bastos é a prosperidade material dos Estados Unidos da América. É esse o horizonte do projeto de remediar os males do Brasil: A conformação ao modelo de Próspero, pelo abandono da situação, ainda confusa, entre o Ariel ibérico e o Caliban nativo*. Explicitamente, Tavares Bastos enfatiza a prosperidade dos Estados Unidos e o espírito de liberdade aliado aos costumes e tradições. Como se percebe o que Tavares Bastos encontra no modelo norte-americano de modernidade não é a democracia, mas a liberdade dos interesses materiais aliada ao respeito à tradição e à hierarquia. Daí o afastamento taxativo das revoluções democráticas como remédio para os males do país.

* Metáforas construídas a partir dos personagens de Shakespeare, seu livro *Ariel*, de 1900.

Oliveira Vianna e sua república de pássaros. Uma outra interpretação sobre o *atraso* do Brasil, encontramos em Oliveira Vianna, em seu livro *Instituições Políticas Brasileiras*. Trata-se de uma outra forma de compreensão dessa perspectiva do *atraso* do Brasil através da comparação com os modelos de modernidade dos Estados Unidos e da Inglaterra. No capítulo do referido livro, “O conteúdo Ético da Vida Política Brasileira”, seu objeto específico foca essencialmente nesse debate sobre como analisar a formação social do povo brasileiro e como de certa forma, isso se desdobra na vida pública nacional sob um modelo norte americano e inglês. O autor inicia o debate na busca de compreender o que seria o “complexo democrático da Nação”, encontrado somente numa pequena elite com formação privilegiada. Sua análise então se debruça sobre os ideais de comportamento cívico tendo em vista a relação entre o civismo e o “povo-massa” que é majoritário no Brasil.

Observando essa perspectiva Oliveira Vianna realiza uma análise desse comportamento cívico de forma mais profunda no decorrer ao discurso. Para ele o comportamento do eleitor e sua análise em relação ao Estado se encontram de maneira bem diferentes. Esse é o ponto crucial, onde o autor explora de forma precisa as diferenças entre o modelo de democracia brasileira e o americano e inglês, mostrando como são construídos e a partir de quais paradigmas foram usados para a criação dos modelos institucionais brasileiros.

Para início, ele observa a conjuntura encontrada nas análises municipais, provinciais e nacionais. Ressalto que o olhar do autor é focado no período do Império. A análise que será feita nesse momento onde a tentativa de encontrar a linha argumentativa de percepção de construção do modelo político social brasileiro está presente desde o trabalho do autor em Populações Meridionais do Brasil e deu-se continuidade no Instituições Políticas Brasileiras.

Ao analisar a Constituição republicana de 1891, Oliveira Vianna aponta o idealismo utópico das elites brasileiras na construção das estruturas do Estado Nacional, que presumem equivocadamente a existência do “novo cidadão” segundo um modelo inglês (*citizen*). No entanto, o Brasil não teria tido de fato uma elite formada para a visão realista do país, bem como não teria um povo sociologicamente treinado no trato da “coisa pública”. A utilização do modelo inglês como referencial do moderno, então, se por um lado demonstra a preocupação das elites na construção de um imaginário político, por outro não tem progressos pela carência de substância cívica. A observância do interesse público se converte em “obediência e autoridade do chefe”, hierarquicamente estruturada.

As razões desse desvirtuamento das instituições se encontram na sociologia agrária brasileira. No latifúndio –ou no “feudo”, como pretende Oliveira Vianna– a autoridade es-

tabelecida era a do senhor de engenho, uma força de autoridade absoluta que não conhecia limites entre o público e o privado. Diante dos interesses administrativos necessários para sua terra e para a fortificação da província, a população ficava afastada da noção de um interesse público geral do modo como o compreende o modelo liberal.

A exclusão do povo teria sido pensada pela elite, por recusar o direito-costume *atrasado* e elementar que teria se desenvolvido a partir das nossas estruturas agrárias. Daí que a opção tivesse sido por instituições exógenas, no intuito de encobrir e desconhecer estas marcas do *atraso*, substituindo-as, artificialmente, por formas superiores, na ingênua crença de que fariam o povo-massa funcionar de acordo com elas. Nas palavras do próprio autor:

Este direito –costume que encontrastes no nosso povo– massa existe, sem dúvida e é um direito vivo; mas, haveis de concordar que é uma forma atrasada e elementar de direito público e de Estado. Por isso mesmo, nós –o povo-elite, educado nas Universidades do país– não queremos admiti-lo como legítimo; nem que continue a dominar nossa vida política...eliminar da nossa estrutura política essas formas atrasadas da Elite e do Estado, substituindo –as por outras formas superiores e mais adiantadas. Por exemplo: Por uma democracia no tom e estilo da democracia americana ou inglesa (Vianna, 1952, p. 464).

A busca de modelos exógenos –em particular, o Inglês– sem atentar para a realidade sociológica do país faz com que as cartas constitucionais tornem-se meros instrumentos a serviço da manutenção da ordem vigente. A solução seria então organizar um conjunto de instituições que levassem em conta os costumes políticos desenvolvidos longamente no país, e que tenham como objetivo: “Neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã do nosso organismo político administrativo e reduzir ao mínimo a sua influência e nocividade” (Vianna, 1952, p. 465).

Oliveira Vianna critica, portanto, a produção de leis que não possuem a eficiência e não mudaram os costumes do grupo. Essa relação entre as leis e os costumes é o ponto central da argumentação de Oliveira Vianna. Assim, define que “as mudanças estão condicionadas à realidade social e exigem que se proceda gradativamente com o espírito de modernização e o senso de objetividade; que tenha apoio ou assentimento nos costumes e tradições do povo-massa” (Vianna, 1952, p. 468).

O Atraso e o Moderno na interpretação do Brasil no século XX: Raymundo Faoro e Florestan Fernandes

Faoro e o patrimonialismo estatal. Faoro (1975) irá utilizar uma interpretação do conceito de patrimonialismo de Weber, utilizado para caracterizar o nascimento do Estado Português através de sua história e a estrutura de suas relações entre o rei e seus súditos (p. 62).

O primeiro envolvimento a ser destacado na construção do Estado, deve ser a percepção de como foi se construindo a partir das terras, em um momento, o patrimônio rural do rei.

O rei realizava durante o seu reinado, trocas e relações que confundiam o bem público com o bem particular, e desse patrimônio surgiam rendas que sustentavam guerreiros em troca de serviços proporcionando assim uma estável e indestrutível união entre o rei e seus súditos. Ele era visto como o centro supremo das decisões: não havia intermediários para seu domínio; a relação com os súditos era direta.

Nesse sentido é notório perceber como esse Estado consagra a supremacia do príncipe e a submissão dos súditos. É importante lembrar que esse Estado se estrutura sob a influência da impessoalidade do direito romano e do racionalismo formal, imprimindo à ação política a disciplina típica deste modelo racional-legal. No entanto, para Faoro, estas características não impedem que ele seja caracterizado como patrimonial, um tipo alinhado com a legitimação tradicional em Weber. Ou seja, mesmo com os traços racionais-legais, Faoro sustenta a construção e perpetuação de um Estado Patrimonial no Brasil, que Weber remete à legitimação tradicional.

O Estado patrimonial não se confunde com o poder político típico do feudalismo. Faoro ressalta que em Portugal não existiu de fato o feudalismo. O que teria ocorrido em Portugal

foi a construção de um Estado Patrimonialista, diferente do feudalismo por estabelecer uma relação entre os servidores da rede patriarcal baseada na extensão da casa do soberano para os lugares públicos. Esse ponto é essencial para compreender a origem desse Estado Português e como ele se estruturou no Brasil:

Esta doutrina, construída sobre uma tradição histórica, recebida sem exame crítico de profundidade infiltrou-se na teoria, ganhando o prestígio dos lugares-comuns. Ela contaminou os estudos do século XX, empenhada em, por toda a parte, sobretudo nos países subdesenvolvidos descobrir a “estrutura feudal”, os “restos feudais” perdidos no mundo universal do capitalismo (Faoro, 1975, p. 17).

Claro se torna que, como em Tavares Bastos, Faoro demonstra de forma explícita que a herança de Portugal configurou para o Brasil um sistema paralisado, petrificado e inerte, onde o governo não representa o povo e vive em uma estrutura onde controlada, deturpada e sufocada. A ideia de sufocação da sociedade pelo Estado se transforma em “jargão” importante e utilizado com frequência para classificar esse tipo de interpretação do Brasil.

O controle do Estado sobre a atividade econômica e social do Brasil sofreria transformações ao longo da história, sem, no entanto, livrar-se de sua característica essencialmente patrimonial. Faoro, analisando já a Repúli-

ca instaurada em 15 de novembro de 1889, no capítulo XII do referido livro, destaca que “No dia 15 de Novembro de 1890 instalou-se, no Paço de São Cristóvão, a Assembleia Constituinte sob a indiferença do povo da Capital Federal” (Faoro, 1975, p. 75). Nesse sentido é questionada a essência dessa república que estava totalmente deslocada dos interesses mundanos e articulada com os interesses políticos do calor do momento, sempre de uma elite política –e não econômica, necessariamente– que ocupava o Estado em seu proveito particular.

O título do último capítulo do livro é frequentemente referenciado como significativo da obra de Faoro: *A viagem redonda: do Patrimonialismo ao Estamento*. Enfatiza que, como se disse acima, apesar das transformações pelas quais passou o Brasil ao longo de sua história colonial, imperial e republicana, a essência do sistema político brasileiro se mantém a mesma. Nesse último capítulo o autor refaz a trajetória do livro, mostrando como se estruturou desde a colônia a estrutura político-social brasileira.

O moderno negocia com o atraso em Florestan Fernandes. Para análise da linha interpretativa de Fernandes (1975). Nele, o autor analisa o capitalismo no Brasil, construindo uma análise da colonização, da escravidão e da passagem do Brasil de uma ordem senhorial a uma ordem moderna. Ao utilizar como referencial o modelo da revolução burguesa tal como ocorrera na Europa, ele mostra que, de forma diferente, no Brasil não houve ruptura.

A burguesia urbana, incipiente em sua formação, não é o protagonista principal do processo de modernização do Brasil.

A burguesia brasileira, como será exposto ao longo da análise da obra em questão, se comprometeu com o que era tido por ela como vantajoso nas tradições e no moderno, optando por uma mudança gradual e pela construção de um capitalismo dependente. A revolução não foi então um processo de ruptura, como a imagem que se fazia do modelo europeu, mas sim, um processo gradual de modernização. Este formato do processo de revolução, conciliando a tradição e a modernidade, teria sido condicionado de “fora para dentro”, obedecendo às exigências da economia capitalista internacional.

Florestan se indaga desde o início acerca da pertinência de se apropriar dos modelos de modernização exógenos para o caso brasileiro. Afirma explicitamente que “quanto às noções de ‘burguês’ e de ‘burguesia’ é patente que elas têm sido exploradas tanto de modo demasiado livre quanto de maneira muito estreita” (Fernandes, 1975, p. 16). Para este autor, a dificuldade estaria na adoção do conceito de burguês a partir de um modelo europeu, e na atribuição desta característica ao senhor de engenho. Continua o autor, sobre o senhor de engenho:

Ele se singulariza historicamente, ao contrário, como um agente econômico especializado, cujas funções construtivas diziam

respeito à organização de uma produção de tipo colonial (...) no conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês” e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização” (Fernandes, 1975, p. 16).

Note-se como a atenção de Florestan Fernandes se volta à tentativa de explorar quem são e como se formaram os burgueses a partir da busca das estruturas que teriam permitido a gênese do “espírito capitalista”. É extremamente importante, pois, identificar o ator social que se construiu para possibilitar a emergência do sistema capitalista, menos que como consequência deste. Neste sentido, para este autor, “a emergência e a difusão de atitudes, avaliações e comportamentos típicos do ‘espírito capitalista’ antecedem à formação do capitalismo” (Fernandes, 1975, p. 22).

Como o espírito do capitalismo veio para o Brasil? O modelo capitalista veio desde a colonização, mas teria se adaptado às necessidades do senhor de engenho. O modelo se formou com a união do sistema interno da colônia e as exigências comerciais que vinham da metrópole. O reduzido poder da economia interna durante o período colonial fez com que ela ficasse fechada e focada somente na metrópole, fazendo com que a sua “fonte” fosse monopolizante. Como o próprio autor explicita: “Em consequência da própria natureza do sistema colonial, a parte da renda gerada pelo processo que ficava em mãos do agente econômico

interno era, comparativamente à absorvida de fora (pela Coroa; pelos agentes de financiamento da produção, dos negócios com o produto bruto, de refinação ou da comercialização final), demasiado pequena” (Fernandes, 1975, p. 23). A cultura capitalista, portanto, acabava não se consolidando nos agentes internos mas sim nos externos. O agente interno era forçado a trabalhar nessas condições estabelecidas pelo pacto colonial. Nas palavras de Florestan:

(...) passava a fazer parte da mentalidade econômica do agente a ausência de ambições que pudessem conduzir seus comportamentos ativos em novas direções, inclusive na de romper os bloqueios que pesavam sobre a grande lavoura por causa da existência e persistência do sistema colonial (...) o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção da vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista. Não só perdeu os componentes do patrimonialismo que poderiam dirigi-lo em sua situação histórica, para novos modelos de ação econômica capitalistas (...)

O principal fator da estagnação econômica da colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto sócio-econômico e político que os absorvia, sufocando-os e subordinando-os às dimensões de uma sociedade colonial (Fernandes, 1975, p. 26).

Esse espírito burguês que começa a se desenvolver volta-se ao desenvolvimento e defesa dos direitos do cidadão: “Ele se volta, específica e concentradamente, contra o que havia de ‘arcaico’ e de ‘colonial’ tanto na superfície quanto no âmago da ordem social patrimonialista” (Fernandes, 1939, p. 29).

Pode se concluir, ao analisar a perspectiva de Florestan Fernandes que ao expor seus argumentos ele não abandona os modelos estrangeiros como referencial para análise, mas como observado não toma tais modelos como absolutos na análise do Brasil. Para ele há sim, algo de muito peculiar na realidade brasileira que permite que se construa algo muito particular de modernização, baseado nos fatores particulares de uma sociedade colonial.

Conclusão

Quando se toma um conjunto de autores em perspectiva, como os analisados neste trabalho –Oliveira Vianna, Tavares Bastos, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro– é possível confrontá-los o passado colonial do Brasil e sua influência sobre a nossa formação social política e cultural. Como se constituiu o povo e a nação no Brasil? Como isto se relaciona com o sistema político brasileiro? E estas configurações são tomadas como *atraso* ou como *moderno*?

Em cada autor visitado, é possível notar sua peculiaridade acerca dos temas supracitados, seus argumentos e seus estilos próprios. Tais

especificidades fazem ressaltar que cada um, em seu momento específico de trabalho, colocou em evidência seu olhar sobre as razões do atraso que, segundo sua apreciação, caracteriza a formação do Brasil. Há variações nos argumentos, do século XIX ao século XX. Mas as linhagens que unem Tavares Bastos a Faoro, e Oliveira Vianna a Florestan, mostram que os discursos do atraso e do moderno permanecem em pauta, apesar das diferentes abordagens em função dos contextos diversos.

Para Tavares Bastos, o grande problema está na raiz de nossa história com o colonialismo português. O problema não reside exatamente no modelo colonial, mas no fato de ser o colonialismo *português*. O modelo ideal para Tavares Bastos era a experiência colonial estadunidense, pois esta sim, segundo ele, apresentava uma outra ordem pública, dotada de vida associativa, liberdades individuais e participação. A filiação portuguesa do Brasil teria culminado na construção de um Estado centralizador que se antepõe à nação, complicando a formação de uma atividade liberal. Ele propunha então uma descentralização que promovesse a construção do federalismo. Para o autor, um liberalismo dotado de Estado forte, mas de reduzida intervenção na economia, estabeleceria as bases essenciais para levar o Brasil para o caminho da modernidade.

Se Tavares Bastos olhava mais para as instituições –uma análise política sem sociologia, como disse Werneck Vianna–, Oliveira Vianna

pretendeu fazer uma análise culturalista da sociedade brasileira, ancorando-a na estrutura da propriedade latifundiária. A questão de fundo é a do grau de coesão entre a realidade social vigente e o processo de construção das instituições brasileiras. Como o tema da cultura política neste autor remete à materialidade da configuração latifundiária da distribuição das terras do país, não é o Estado o grande protagonista do atraso brasileiro, mas sim a figura do caudilho rural.

O Caudilho é uma figura extremamente importante na formação social e política do país e que, embora sofra mutações e adaptações ao longo da história, permanece como tema atual, analisado por vários outros pensadores do processo de modernização do Brasil: Leal (1997) y Nunes (2003). Segundo Oliveira Vianna, a grande significação do caudilho na conformação política do país é a sua enorme e duradoura capacidade de penetração e enraizamento nos costumes do povo-massa, possibilitando a realização de políticas voltadas ao interesse particular que atrapalhavam a construção de uma ordem legal-racional. O poder pessoal deste caudilho coloniza o poder público em seu proveito e, guardadas as proporções, a afirmação remete à realidade atual: Ele representa o poder econômico que programa o Estado a favor de seus interesses pessoais.

Segundo Vianna (1952), para que se instalasse no Brasil uma ordem legal seria necessário “o combate tenaz e vigoroso de luta árdua

e brilhante, entre a caudilhagem territorial e o poder público” (p. 191). É preciso, pois, criar mecanismos que façam com que o povo-massa tenha aderência às esferas do plano jurídico. Para ele, a construção de um Estado forte e centralizado é o instrumento necessário para a construção de uma ordem efetivamente pública e construção de uma sociedade disciplinada. O atraso –que reside na perpetuação do poder do Caudilho– só pode ser superado pelo ideal moderno do Estado que rompe aquelas relações através da imposição do direito público e impessoal.

A análise feita por Faoro se coloca em posição oposta. Segundo este autor, as relações estabelecidas a partir da construção do Estado Português Patrimonialista se transferem literalmente ao Brasil. Público e privado se confundem em função das relações de trocas de interesses e privilégios e, com base nesta lógica, o Rei controla e domina de forma absoluta o seu território. O caudilho rural não teria o destaque que tem em Oliveira Vianna. Para Raymundo Faoro, como para Tavares Bastos, Portugal deixa como legado esse Estado paralisado, petrificado e inerte, onde não há a representação do povo pois se vive numa estrutura controlada e sufocada. O caudilho rural não programa o Estado; vive subserviente a ele.

Florestan Fernandes apresenta outra análise para diagnosticar os entraves da modernização do Brasil, pondo em perspectiva tanto o Estado quanto a formação do capitalismo. Para

Florestan a burguesia brasileira optou por um processo de construção de um capitalismo dependente e realizou o que ele chama de modernização gradual. A formação dessa burguesia a partir da predominância continuada do senhor de engenho acabou por constituir um grupo agente cujos interesses consolidaram uma economia que respondia prioritariamente aos determinantes do capitalismo internacional. De fato, o elemento modernizante proveio da formação do Estado brasileiro a partir de Portugal. Mas em diálogo com a formação latifundiária e escravocrata, ex-colonial, o *moderno* político teve que negociar com o *atraso* da estrutura econômica do país. Somente após a quebra do estatuto colonial é que os “instrumentos capitalistas” se desenvolveram na formação de um Estado Nacional e na formação de um espírito burguês.

Atraso e moderno se combinam de forma variada nestes autores. Como modelo de referência da origem dos males do país, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro remetem a Portugal, e este é um ponto comum: para o primeiro, o pacto colonial teria impedido que o país desenvolvesse o espírito capitalista; para Faoro, nem tanto o pacto colonial, mas a transposição da lógica patrimonial do Estado português ao Brasil, teria provocado a reiteração circular do atraso brasileiro. O que parece uma afinidade logo se transforma em oposição: Para Florestan, o Estado trazido de Portugal ao Brasil quebraria o atraso incrustado pelo pacto colonial, enquanto em Faoro é esta mesma a razão do impedimento da modernização.

Quanto ao modelo ideal –o moderno–, Oliveira Vianna e Tavares Bastos, opostos quanto ao diagnóstico do atraso, estariam afinados. Ambos observam que o referencial positivo de estrutura de Estado a ser idealizada provém dos costumes anglo-saxões: Para o primeiro, o norte é o modelo inglês; para o segundo, é o norte americano. Apesar das semelhanças, sua interpretação das instituições e dos costumes desses países é diversa: No norte-americano, Tavares Bastos vê a liberdade dos interesses privados; no inglês, Oliveira Vianna vê o tempero do privatismo e a possibilidade de produzir o interesse público.

Pode-se concluir, a partir do panorama aqui construído, que não só o Brasil, mas também o pensamento social brasileiro tem uma herança a cuidar, de modo a não realizar, também ele, uma viagem redonda. O retorno de diagnósticos e prognósticos sobre este país demonstra um modo específico de se pensar a realidade social brasileira ao partir de um referencial colonial, petrificando a caracterização dos chamados países “atrasados” e concluindo pela quase impossibilidade de que eles abandonem essa condição de periferia. Não seria apenas o Brasil um país periférico; também seria o seu “pensamento social”.

Ao demandar aos textos desses autores as questões *O que é o atraso? O que é o moderno?* viu-se que isto se responde sempre com referência aos modelos exógenos adotados. Os

autores diferem em suas respostas precisamente em função dos países que elegem como referenciais típicos do moderno. Essa forma de reflexão acerca das características de formação do povo, da nação e do Estado brasileiros se perpetuam até hoje e muitos autores ainda iluminam seus trabalhos utilizando esta mesma associação. Isto se dá, por exemplo, em autores como Cardoso e Faletto (s.f.).

Este trabalho, focando em autores específicos e representativos do pensamento social brasileiro, busca pavimentar um estudo mais abrangente sobre a percepção do *atraso* e do *moderno* no pensamento social e na ciência social produzida na América Latina. Procurou mostrar que diante do mesmo modelo exógeno de modernidade, os autores variam quanto à colocação do Brasil em perspectiva. No entanto, as comparações partem sempre da premissa da falta, do que aqui não existiu, em comparação a supostos modelos bem sucedidos. Esta perspectiva encerra uma espécie de circularidade: A percepção do atraso é ao mesmo tempo justificativa e argumento para qualificar como negativa a formação da sociedade brasileira ou do Estado Nacional.

Referencias

- Bastos, A. (1939). *Os males do presente e as esperanças do futuro: Estudos Brasileiros*. Companhia Nacional.
- Brandão, G. (s.f.). *Linhagens do pensamento político brasileiro*.

- Cardoso, F. e Faletto, E. (s.f.). *Dependência e desenvolvimento na América Latina - Ensaio de interpretação sociológica*. Civilização Brasileira.
- Faoro, R. (1975). *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Globo/Ed. da Universidade de São Paulo.
- Fernandes, F. (1939). *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação Sociológica*. 2a edição. Biblioteca de Ciências sociais. Ed. Zahar.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Leal, V. (1997). *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Morse, R. (1998). *Espelho do Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, L. (2003). *O poder do clientelismo: Raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar.
- Souza, J. (1999). *O malandro e o protestante; a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UnB.
- Vianna, O. (1999). *Instituições Políticas Brasileiras*. 1 Vol-Fundamentos Sociais do Estado. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- Vianna, O. (1952). *Populações Meridionais do Brasil*. Livraria José Olympio Editora, RJ.
- Werneck, L. (1999). Weber e a Interpretação do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 53, 33-48.